

Repensando a Abolição

uma entrevista com Walter Fraga Filho

Walter Fraga Filho é doutor em História Social pela Universidade Estadual de Campinas e professor da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Publicou, entre outros, **Mendigos, Moleques e Vadios na Bahia do Século XIX** (São Paulo, HUCITEC, Edufba, 1996) e **Encruzilhadas da Liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)** (São Paulo, Editora da Unicamp, 2006), resultados de sua dissertação de mestrado e de sua tese de doutorado, respectivamente. Com Wlamyra Ribeiro de Albuquerque, publicou **Uma história do negro no Brasil** (Salvador, Fundação Palmares, 2006), vencedor do prêmio nacional instituído pela Fundação Palmares para materiais didáticos voltados para a implementação do ensino da história e da cultura africana e afro-brasileira no Ensino Básico. Sua produção acadêmica é voltada para o período do final do Império e do começo da República na Bahia, especialmente o pós-abolição, com ênfase nos temas da pobreza e nas vidas de ex-escravos.

Entrevista concedida por correio eletrônico a Daniele Santos de Souza em junho de 2008, a partir de roteiro elaborado por Daniele Santos de Souza e Fábio Baqueiro Figueiredo.

O Brasil comemora este ano 120 anos da abolição da escravidão, mas o significado da Lei Áurea vem sendo contestado pelos movimentos sociais negros. Para a historiografia contemporânea, qual a importância do 13 de maio de 1888?

Desde o final da década de 1980, especialmente na esteira das comemorações dos 100 anos da abolição, a historiografia brasileira vem reconsiderando os significados e implicações da Lei de 13 de Maio, que aboliu em definitivo a escravidão no Brasil. Depois de mais de cem anos daquele evento muita coisa se perdeu ou foi esquecida e a abolição terminou se transformando numa concessão da Princesa Isabel. Os últimos estudos promoveram uma revisão profunda, que permitiu recolocar a abolição como um momento crucial da história do Brasil e marco fundamental para se pensar as tensões sociais e raciais que se seguiram ao fim do cativeiro. Uma das conseqüências dessa revisão foi avaliar com mais profundidade a participação de escravos, libertos e livres no processo que culminou na abolição. A escravidão chegou ao fim não apenas porque os escravos fugiram, mas também porque suas ações tiveram um efeito político capaz de influenciar debates parlamentares e atitudes das próprias camadas senhoriais. Os olhares também se voltaram para a participação dos livres e libertos, negros e mestiços, no movimento popular que derrotou um sistema da mais de trezentos anos. O movimento antiescravista estava articulado a uma luta por cidadania, que terminou impulsionando a abolição. Na Bahia e no Brasil como um todo a abolição aconteceu num momento de intensificação do movimento popular antiescravista. Com certeza, foi o maior movimento social do século XIX, depois da Independência. A década de 1880 foi marcada por fugas de escravos, manifestações de rua e tensões no campo. Havia uma grande expectativa em relação ao fim do cativeiro e não era apenas o fim da escravidão que estava na pauta. Escravos e libertos esperavam que a abolição tivesse como desfecho o acesso à terra, à escola ou como se dizia na época à “instrução pública”, à liberdade de movimento e maior inserção como cidadãos. Foram estas expectativas que movimentaram os populares contra o cativeiro e esquentaram as comemorações do 13 de maio. Interessante observar que passada a festa, as autoridades buscaram esvaziar o 13 de maio de sua feição reivindicatória, transformando-o apenas numa data solene e oficial. Neste quesito, até agora as autoridades republicanas estão vencendo o jogo, pois os 120 anos da abolição passaram praticamente desapercibidos.

Fale um pouco sobre as transformações no mundo do trabalho após a abolição. Quais foram as iniciativas dos trabalhadores para alargar seu espaço de autonomia e reafirmar sua liberdade? Quais os mecanismos utilizados pelas elites para manter os recém-libertos em uma situação de subalternidade?

A abolição foi feita no Brasil sem garantir nenhuma política de reparação ou de inclusão social dos ex-escravos que complementasse a lei de 13 de maio. Os ex-escravos tiveram que lutar cotidianamente para fazer valer a lei, defendendo a liberdade de circular, de morar onde quisessem, de cultivar livremente seus santos e deuses africanos, de ter acesso à educação formal e de ter os mesmos direitos de cidadania de que gozavam os demais setores da sociedade. Para os ex-escravos, a abolição deveria ter como desfecho outras medidas que pudessem viabilizar a vida de cidadãos livres. Não estranha que nos dias que se seguiram à abolição ex-escravos e gente pobre do Recôncavo invadiram terras devolutas na região buscando viabilizar o acesso à terra. Na época correu um rumor de que a abolição teria como consequência uma espécie de reforma agrária. Os ex-escravos tentaram fazer isso nos meses que se seguiram ao 13 de maio. Possivelmente foi por terem essa expectativa frustrada que no início de 1889 ocorreram vários incêndios de canaviais no Recôncavo. Muitos libertos decidiram ficar nas propriedades, uma permanência inconveniente para muitos ex-senhores, pois muitos deles queriam ver-se livres de trabalhadores que não se deixavam mais submeter às velhas disciplinas do trabalho nem às formas de deferência que lembravam a escravidão. A grande queixa dos ex-senhores era contra o comportamento “licencioso” dos libertos, que não queriam mais trabalhar sem remuneração, supervisionados por feitores e com jornadas de trabalho que se estendiam por muitas horas. Para se distanciarem da escravidão, muitos não aceitaram mais a ração diária, ou seja, a alimentação oferecida pelos senhores nos períodos de trabalho mais intenso. Os ex-senhores queixaram-se do abandono do trabalho às três da tarde, pois como diziam os libertos, tempos de cativeiro já tinham passado. Largar o trabalho às três era algo catastrófico para os ex-senhores, especialmente nos períodos de colheita e fabrico do açúcar, quando os engenhos operavam durante a noite. E foram muitos que permaneceram nas propriedades como forma de defender antigos direitos de cultivo sobre parcelas de terras conquistadas desde o tempo de cativeiro. Estes roceiros defendiam o direito de trabalhar para si mesmos, sem que isso implicasse submissão ou dependência aos ex-senhores. Grande parte das tensões que ocorrem no campo nos anos que se seguiram à abolição estava relacionada às aspirações de liberdades dos moradores dos

engenhos. Comunidades inteiras dentro dos antigos engenhos brigaram por independência frente aos ex-senhores. Foi uma luta difícil e podemos dizer que ela se estende até nossos dias.

Em seus trabalhos, você tem privilegiado narrar as histórias de libertos ao longo de diversos momentos de suas vidas. Fale um pouco sobre essa opção teórica-metodológica e sobre a utilização das fontes na construção dessas narrativas.

Nessa pesquisa o grande desafio foi reencontrar ex-escravos após a abolição da escravidão. As fontes documentais produzidas durante a República raríssimas vezes mencionam o passado de escravidão de alguém. Além disso, os próprios libertos silenciavam o passado cativo, possivelmente uma forma de afirmar-se como cidadãos livres. Mas poder identificar com segurança quem vinha de um passado de escravidão foi fundamental para saber quais as conseqüências da abolição sobre a vida dos ex-escravos. Foi assim que decidi investir na reconstrução de pequenas biografias de homens, mulheres e crianças que viveram nas grandes propriedades açucareiras. Juntando vários tipos de fontes, inventários, testamentos, livros de registro cíveis de nascimentos, casamentos e óbitos, foi possível acompanhar a trajetória de alguns indivíduos, saber para onde foram e o que fizeram após a abolição. Com esses dados foi possível fazer algumas reflexões sobre suas escolhas, alternativas e sobre o que entendiam por liberdade.

Em seu livro “Encruzilhadas da Liberdade” você utiliza uma bibliografia centrada na historiografia da escravidão brasileira e estadunidense, e apenas três autores com preocupações teóricas mais gerais (os historiadores culturais Robert Darnton e Carlo Ginzburg, e o antropólogo Clifford Geertz). Na sua opinião, quais debates teóricos e metodológicos são mais relevantes para o estudante interessado em pesquisar sobre a temática da escravidão no Brasil?

Além de Darnton, Ginzburg e Geertz, incluo na lista de referências fundamentais o historiador inglês Edward P. Thompson e o antropólogo americano James Scott. Através deles foi possível apurar a vista para a lógica dos comportamentos e das escolhas dos indivíduos. Thompson trabalhou com a cultura popular na Inglaterra do século XVIII, mas as suas reflexões sobre a maneira de decifrar a lógica de um ritual ou de um protesto contra a fome são referências fundamentais para pensarmos a lógica histórica em outros

lugares e contextos. Com James Scott pude também entender como os escravos, na impossibilidade de uma crítica aberta aos ex-senhores, inventaram um “discurso oculto” por meio do qual questionaram antigas formas de deferência e dependência sem se exporem às represálias. Acho complicado eleger o debate teórico mais relevante, pois isso depende muito das suas escolhas de pesquisa e, mais precisamente, do seu problema de pesquisa. Acho que o primeiro passo de quem inicia o estudo de qualquer temática é formular uma questão e a partir daí ir aprofundando e estabelecendo as conexões com os debates em curso.

Desde os anos de 1980 tem havido um forte interesse pelo escravo como agente histórico e uma intensa renovação metodológica no campo da história da escravidão. Do seu ponto de vista, quais foram as principais conquistas ao longo dessas três décadas?

Certamente a grande virada na historiografia da escravidão no Brasil foi reconhecer o agenciamento dos escravos no processo histórico. Hoje isso talvez já seja moeda corrente, mas até fins da década de 1970 estudiosos de prestígio não davam a devida importância ou até negavam a possibilidade de que os escravos pudessem interferir nos seus próprios destinos. Nas décadas de 80 e 90, uma nova geração de historiadores e historiadoras (entre estes alguns baianos como Kátia Mattoso, João Reis e Maria Inês Oliveira) passou a demonstrar com estudos belíssimos que a todo instante escravos e escravas manipulavam as relações para que seus senhores os reconhecessem como gente e não como coisas ou mercadorias que podiam ser jogadas de um lado para o outro por capricho ou interesse. Isso permitiu entender vários significados dos comportamentos, atitudes e formas de pensar dos cativos. Para além da condição de propriedade de outrem, os escravos tinham formas próprias de pensar e inventar caminhos para a liberdade. Ou, quando não era possível, reinventar a escravidão. Mas, creio que a grande virada foi no sentido de uma abordagem cultural que permitiu ir além dos limites da escravidão, e pensar a religiosidade, redes sociais, relações familiares, formas de morar, de se divertir, de preparar os alimentos e de se rebelar contra a escravidão. E, o mais importante ainda, refletir sobre as referências africanas e avaliar de que maneira elas interagiram com as culturas locais e estiveram presentes no cotidiano dos africanos e dos seus descendentes.

Há ainda espaço para novas pesquisas nessa mesma vertente? Quais as principais lacunas da Nova Historiografia da Escravidão, e para onde poderia se dirigir o interesse de novos pesquisadores?

A escravidão é um tema inesgotável. Sempre haverá uma forma diferente e inovadora de se abordar a escravidão. Mas creio também que não podemos cair no equívoco de pensar a escravidão como a chave para se pensar ou explicar todas as dimensões da vida social e cultural do Brasil e da Bahia durante a colônia e o império. Creio que ainda se sabe muito pouco sobre as relações de gênero: homens e mulheres tinham diferentes expectativas, estratégias e formas de inserção nas comunidades escravas. Mesmo quando a escravidão esteve no auge, o número de escravos sempre foi inferior ao número de livres e libertos. Mas ainda sabemos muito pouco sobre a vida dessas pessoas. Sabemos que pessoas de cor negra e mestiça conseguiram ascender, mas pouco se sabe sobre como conseguiram isso e de que maneira se inseriam na sociedade no tempo da escravidão.